

Desafios do território em transformação: o complexo portuário do Açu e seus reflexos socioeconômicos

Resumo

O presente trabalho objetiva investigar as reais possibilidades do território de influência direta do Complexo Portuário do Açu, mais especificamente, Campos dos Goytacazes e São João da Barra - RJ, coordenar um processo voltado para a ação coletiva, enquanto fundamento essencial para assegurar desenvolvimento em um contexto de investimentos exógenos no setor de infraestrutura portuária. Utiliza-se como instrumental teórico a literatura de Economia Institucional, em que alguns elementos são estruturados na abordagem realizada junto as lideranças das organizações representativas do setor público e privado. Observa-se nos resultados da pesquisa um perfil sociocultural inibidor da ação coletiva no território. Verifica-se uma prática de alta valorização do papel individual de cada entidade e uma dificuldade de integração das mesmas ao processo de interesse coletivo.

Palavras chave: desenvolvimento, arranjo institucional, ação coletiva, economia institucional.

Abstract

This study aims to investigate the real possibilities of the territory of the direct influence of the Açu port complex, more specifically, Campos dos Goytacazes and São João da Barra - RJ, coordinate a process aimed at collective action, while essential foundation for ensuring development in a context of exogenous investments in port infrastructure sector. It is used as a theoretical tool Institutional Economics literature, in which some elements are structured in approach conducted with the leaders of organizations representing the public and private sector. It is observed in the search results a profile sociocultural inhibitor of collective action in the territory. There is a practice of high appreciation of the role of each individual entity and a difficulty to integrate them with the process of collective interest.

Key words: development, institutional arrangement, collective action, institutional economics.

1. Introdução

A região Norte Fluminense recebe um impulso significativo de investimentos privados, direcionados para o setor de infraestrutura portuária, fato que tem provocado mudanças no território, transformando sua base econômica de característica rural para uma economia industrial de grande proporção.

Os transtornos ocasionados com essa mudança geram fortes expectativas sobre a população local, além de gerar muitas dúvidas aos estudiosos sobre as reais possibilidades destes investimentos serem convertidos em melhoria de qualidade de vida para a população. Esta é uma preocupação recorrente, já que o processo de desenvolvimento não resulta apenas de taxas positivas originárias do crescimento do

PIB, emprego, etc., mas, sobretudo, deve implicar na melhoria constatável do padrão de vida da maioria da população (SOUZA et al, 2009; JUNIOR, et al 2011; RIBEIRO et al, 2011; SALLES; RIBEIRO, 2011)

Admite-se que para alcançar a melhoria no padrão de vida da população local, possa ser necessária uma rápida adaptação da sociedade à nova configuração produtiva. No entanto essa adaptação deve decorrer de processos delicados de negociação onde a autonomia esteja presente e os mecanismos específicos de coordenação se façam sob o controle democrático da sociedade e com expressão valorizada da população local. Caso contrário, não é exagero afirmar que o risco do não desenvolvimento, ou ao menos de um desenvolvimento não sustentável e agressivo social e ambientalmente é iminente.

Embasada na teoria institucional, pode-se afirmar que a promoção do desenvolvimento econômico requer uma estrutura de governança territorial capaz de assegurar a cooperação voluntária entre as partes em um sistema de troca impessoal, pois como não há vínculos entre as partes neste sistema, a cooperação depende da confiança proporcionada pelas instituições. Portanto, um arranjo institucional deve ser criado para governar as maneiras pelas quais as unidades econômicas, que nunca são apenas econômicas senão também sociais, nestes sistemas, possam cooperar e/ou competir. Ou seja, na falta de confiança pessoal, torna-se absolutamente fundamental que a “liga” das relações se construa e consolide por um substituto que, na perspectiva institucionalista, é a confiança institucional que, por sua vez, é estabelecida pelo arranjo institucional (NORTH, 1990; WILLIAMSON, 1993; WILLIAMSON, 2000).

Tal confiança é proporcionada pelo arranjo institucional, segundo Williamson (2000), na medida em que esse atue de forma a minimizar custos de transação, o que consequentemente possibilita a cooperação entre duas partes envolvidas na transação. Contudo, Bueno (2011), alerta que além dos custos de transação existem os dilemas de ação coletiva que podem inibir o comportamento cooperativo dos indivíduos, e ressalta ainda que os problemas coletivos não podem ser tratados com as mesmas estratégias utilizadas nas transações entre duas partes (BUENO, 2011). Assim a questão que resta por ser respondida é: *o território possui um arranjo institucional capaz de articular uma estratégia que seja capaz de assegurar um comportamento cooperativo entre os agentes econômicos no território e por outro lado forneçam guias de ação que permitam aos investimentos exógenos direcionados para a região traduzir-se em desenvolvimento socioeconômico para a população local?*

O objetivo do trabalho é, portanto, verificar se o processo de interação entre as lideranças locais permite a articulação de estratégias necessárias para a inserção da população local nesse processo de mudança provocado pelos investimentos exógenos direcionados para o território. O trabalho é baseado em uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que aponta criticamente para disfunções empíricas presentes nas ações em curso na implantação do Complexo Industrial Portuário do Açú e que se adianta sobre o fato da difícil adaptação dos agentes socioeconômico ao processo.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo foi dividido em seis seções. A seção um corresponde à presente introdução. Na segunda seção é apresentado o debate teórico sobre arranjos institucionais, ação coletiva e capital social. Na terceira, é delineada uma breve caracterização da situação local, ressaltando os aspectos relevantes ao entendimento do ambiente em mudanças. A seção quatro é destinada a apresentação dos aspectos metodológicos. Na quinta seção são expostos os resultados parciais da pesquisa e discussões. E, na sexta seção, são feitas as considerações finais do estudo.

2. Referencial teórico

O presente trabalho busca sustentação teórica nos fundamentos da teoria institucional, porém no intuito de fortalecer a argumentação sobre o comportamento cooperativo voluntário do indivíduo, são utilizados, sem a pretensão de aprofundamento, os conceitos da ação coletiva e capital social.

2.1 Instituições e Arranjo institucional

O desenvolvimento econômico de uma nação é determinado pelo desenvolvimento de um conjunto de instituições, ou ambiente institucional, cuja função é minimizar os custos de transação para assegurar os direitos de propriedade eficientes. Uma vez que, em um sistema de troca impessoal, os custos de transação, provocados pela desconfiança entre as partes, podem inibir o comportamento cooperativo (NORTH, 1990). Além deste ambiente institucional, Williamson (2000) adverte que, assegurar o desenvolvimento de uma nação requer também, o engendramento de arranjos institucionais com a função de governar as maneiras pelas quais as unidades econômicas podem cooperar e/ou competir, e assim assegurar a cooperação voluntária dos indivíduos no processo produtivo (WILLIAMSON, 2000). Pois não se pode esperar que o ambiente institucional regule os processos realizados em meio à absoluta incerteza (CONCEIÇÃO, 2002).

Segundo Bueno (2004), o ponto que os institucionalistas ressaltam é que o desenvolvimento econômico no sistema de troca impessoal, como o adotado nas economias modernas, depende da cooperação voluntária entre as partes no processo produtivo, contudo essa cooperação não ocorre de maneira automática como previa a “mão invisível” de Adam Smith (BUENO, 2004). Evidenciando, assim, a necessidade de arranjos institucionais, ou estruturas de governança as quais no nível micro conduzem grupos através de incentivos e exigências de contrapartidas que possibilitam atingir um objetivo comum (NUNES, 2009).

No entanto, a teoria dos custos de transação desenvolvida por Williamson apresenta limitações segundo Bueno (2011), pois se limita a tratar da estrutura de governança entre duas partes, seja entre firmas e indivíduos ou indivíduos e Estado, de forma a viabilizar a cooperação na medida em que minimiza os custos de transação. Porém, em transações que envolvem um maior número de agentes, a cooperação pode ser inviabilizada, não apenas devido aos custos de transação, mas pelos dilemas de ação coletiva (BUENO, 2011). Superar o dilema da ação coletiva e assegurar a cooperação dos indivíduos em objetivos coletivos requer um novo entendimento das instituições, pois dentro desta abordagem, estas assumem o papel de ente da ação coletiva e, assim, são entendidas como unidades sociais direcionadas ao alcance de objetivos coletivos que influenciam o desenvolvimento e através “*da sua estrutura normativa e reguladora implica na mediação de diferentes esferas de poder e interesses divergentes, os quais são construídos e transformados pelos atores ao longo do tempo pela interação social*” (Nunes; Schneider, 2012, p. 8).

2.2 A ação coletiva e as relações sociais

Segundo Gomes et al (2008), a ação coletiva é sustentada pelo princípio da solidariedade e da cooperação e compreende uma resposta às necessidades individuais e sociais que pertencem ao âmbito da vida pública. Estes autores sugerem que há uma relação entre desenvolvimento econômico e a capacidade da ação coletiva de possibilitar novas formas de integração e transformação econômica e social. Argumentam ainda que essa transformação depende das relações sociais, pois são estas que possibilitam a geração dos comportamentos solidário e cooperativo (GOMES et al, 2008). Evidenciando assim que as relações sociais, na medida em que possibilitam o surgimento do comportamento cooperativo, são os mecanismos para evitar os problemas da ação coletiva que impede as comunidades de perceberem os benefícios da cooperação, conforme afirma Bueno:

Um problema de ação coletiva surge quando diante de uma situação uma pessoa mesmo não contribuindo com sua parte em um esforço coletivo pode usufruir dos benefícios alcançados pelo grupo, nesse caso, as comunidades podem ser aprisionada em dilemas de ação coletiva (...) existe um dilema de ação coletiva quando uma sociedade encontra-se em uma situação em que cada um de seus membros poderia melhorar suas condições de vida sem que outros tenham que necessariamente piorar. Isso pode acontecer, (...) em razão de as pessoas não perceberem os potenciais efeitos benéficos da cooperação e, nesse caso, se eles forem capazes de interagir de forma relativamente solidária durante algum tempo, é possível que a desconfiança inicial seja superada e eles aprendam a cooperar de forma espontânea (Bueno, 2011, p.65).

2.2.1 A articulação e coordenação de uma estratégia coletiva

A construção da ação coletiva exige uma estratégia articulada e coordenada entre os vários grupos interessados em enfrentar uma situação na qual estão inseridos (HAGUETTE, 2005, apud JUNIOR et al, 2007). Segundo Nunes e Schneider (2012) o papel da coordenação é coagir e delimitar os efeitos das controvérsias e assim possibilitar que os indivíduos realizem seus intuitos (NUNES; SCHNEIDER, 2012), pois o resultado da ação coletiva gera incertezas, na medida em que depende da atuação de vários grupos. Esta incerteza é minimizada a partir de mecanismos de restrição e incentivos. Enquanto as restrições devem ser direcionadas com o intuito de vislumbrar possíveis ganhos (OSTROM, 2007, apud JUNIOR, 2007), além de buscar acomodar o comportamento individual de acordo com os interesses coletivos (HAGUETTE, 2005, apud, JUNIOR, 2007), os incentivos são necessários para assegurar o engajamento das pessoas em prol de um objetivo comum, uma vez que, as pessoas não irão aderir a tal objetivo, caso não haja alguma forma de convencimento (OLSON, 1999, apud TEIXEIRA, 2008).

Este engajamento depende também da presença de líderes, aos quais cabe a responsabilidade pelas mobilizações populares e pelas ações coletivas, pois, segundo Gomes et al (2008), os indivíduos são incapazes de realizarem seus desígnios sem a presença de alguém com o poder de coordenar ou delimitar os efeitos das controvérsias, conforme aponta Levi:.

As instituições resolvem problemas de ação coletiva trazendo à tona contribuições de indivíduos que, por sua vez, não conseguem realizar seus desígnios a não ser que alguém (ou algumas pessoas) tenha o

poder de coordenar, ou coagir termos e delimitar os efeitos das controvérsias (Levi, 1991, apud Gomes et al, 2008, p.3).

Uma estratégia articulada e coordenada entre os vários grupos, mecanismos de restrição e incentivos e os líderes são fatores essenciais para assegurar a cooperação dos vários grupos nas ações coletivas. Além disso, outro fator que tem chamado atenção por influenciar na decisão do indivíduo em cooperar é o capital social.

2.3 A influência do capital social na ação coletiva

Coordenar ações coletivas e lidar com seus dilemas é mais fácil a partir da análise dos laços coesos existentes entre os indivíduos (NORTH, 1990). Segundo Athayde e Ribeiro (2011), estes laços definem o estoque de capital social presente em um determinado território, o qual exerce papel fundamental na decisão do indivíduo em agir cooperativamente e tem explicado a performance econômica das sociedades, explicando que,

Recentemente houve a introdução na literatura econômica do conceito do capital social como um novo tipo de capital que tem ajudado a explicar a performance econômica de grupos, regiões ou nações. Até recentemente, eram incluídos somente os capitais físico, financeiro, natural e humano (Athayde; Ribeiro, 2011).

Segundo Putnam (1993, apud Gomes et al, 2008), o capital social é definido como um conjunto de características específicas da organização social, tais como laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais. Para o autor, a eficiência das sociedades se evidencia na integração social, a qual se caracteriza como um forte aliado em promover a cooperação voluntária, na medida em que, possibilita a geração de capital social, considerado a base para uma reação autônoma das pessoas (MULS, 2008). No entanto, embora o capital social seja um aliado imprescindível ao desenvolvimento, pois dele depende a cooperação voluntária, o seu estoque em um território pode se apresentar abaixo do nível suficiente para promover o comportamento cooperativo espontâneo, e neste caso se fazem necessárias ações que o promovam.

Segundo Evans (1996), a promoção de capital social cabe ao Estado, uma vez que, este é imprescindível na realização da ação coletiva, pois embora as instituições possam surgir espontaneamente, os mecanismos de ação coletiva podem ser criados conscientemente pelo governo com o intuito de atuar em uma determinada situação. Conforme afirma Conceição:

ainda que Commons aceite que os costumes, as normas e as regras possam surgir espontaneamente, assinala o decisivo papel da ação coletiva consciente do governo na solução de conflitos entre as instituições, o que sugere que o papel das instituições (e dos mecanismos de ação coletiva) é assegurar certa “ordem” ao funcionamento do sistema (Conceição, 2008).

Para Putnam (1993), a ação do Estado é necessária para fazer com que haja incentivos capazes de proporcionar a cooperação e a sinergia entre os atores em nível local e assim diminuir o conflito e estimular o desenvolvimento. (PUTNAM, 1993 apud NUNES; SCHNEIDER, 2012). Para Nunes e Schneider (2012), o papel do Estado no contexto

econômico local e regional e suas relações com o global é de regulador, determinando as “regras do jogo”, junto com as instituições, buscando o desenvolvimento necessário “*da sinergia entre os atores e o mercado para o desenvolvimento das economias*” (Nunes; Schneider, 2012, p.8). Para North, (1990), o papel do Estado está em promover a interação institucional de forma democrática e transparente com o objetivo de estimular o desenvolvimento (North, 1990). Uma vez que,

Tomando por base a colocação de Hodgson (1994), no âmbito local as instituições assumem um caráter que fazem referência ao que se define enraizamento (embeddedness). Assim, quando se faz referência ao contexto institucional local, dar-se-á importância ao arranjo institucional relevante para localidades geográficas específicas (Nunes; Schneider, 2012, p.8)

Evidenciando que, no nível local, o processo de desenvolvimento depende de uma interação do arranjo institucional com a localidade, pois, segundo Büttgenbender (2010), a cooperação entre as organizações, tecendo redes de concentração, são estratégias básicas para impulsionar e sustentar processos de desenvolvimento. No entanto este processo demanda novos arranjos institucionais formados por meio de redes de relações que se configuram pelas parcerias organizacionais que buscam dar conta das necessidades e estratégias traçadas (Büttgenbender, 2010). Evidenciando que no nível local, o desenvolvimento depende de uma governança territorial, uma forma de coordenação política entre os diversos atores de um território, se configurando em um novo modo de governar, através da discussão e definição de objetivos coletivos (LELOUP et al., 2004, apud SILVA, 2007).

O referencial teórico permite concluir que, o desenvolvimento econômico possui uma interdependência entre as mudanças institucionais e os arranjos institucionais engendrados para potencializar uma ação coletiva e esta depende da presença de capital social, o qual possibilita a cooperação das pessoas nas ações. Evidenciando se tratar de um novo paradigma, no qual os arranjos institucionais se articulam e cooperam em um processo de governança territorial.

3. Caracterização da situação local

O território em análise compreende os municípios de São João da barra e Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, sendo considerados os municípios que mais serão impactados pelos investimentos privados exógenos, direcionados para infraestrutura portuária, devido a construção do Complexo Industrial Portuário do Açú - CIPA. Um mega empreendimento, conforme verificado na figura 1, localizado na porção sul do município de São João da Barra- RJ, definido por seu idelizador, o Empresário Eike Batista, e pelas esferas governamentais, como uma solução para o desenvolvimento econômico e social da região.



Figura 1: O Megaempreendimento do Açú. Fonte: JÚNIOR et al, 2011

Um investimento que traz em seu bojo grandes expectativas como: maior oferta em relação à quantidade e qualidade de emprego; melhoria da qualidade de vida; uma mudança na paisagem da organização produtiva de base rural; e também trazem impactos negativos como, os reflexos no meio ambiente e a tensão social causada por conflitos gerados nas desapropriações de terras.

As obras do porto iniciadas em outubro de 2007 evidenciam que a mudança na paisagem iniciou de forma implacável e sem a menor possibilidade de retorno às bases anteriores. No entanto, ainda não se percebe a melhoria no padrão de vida da população local. O que há de concreto até o presente momento é muita propaganda por parte do empresário e de autoridades públicas em relação às oportunidades futuras que o porto irá oferecer à população.

Observa-se nos discursos políticos e na propaganda empresarial uma sugestão de que os trabalhadores rurais, pescadores e a pequena empresa serão inseridos neste projeto. No entanto, não se revela, nos mesmos discursos, como os agricultores e pescadores atuarão em empresas de alta tecnologia e como as pequenas empresas se adequarão para atender a um padrão de qualidade internacional voltado para o atendimento de grandes empresas. Verifica-se, assim, que existe uma parte oculta, que não é observada nos discursos do empreendedor e das autoridades. Esta parte se revela nas oportunidades que chegam ao território, pois essas são para atividades de base tecnológica, em quanto que a região é composta de mão de obra voltada para atividades agropecuária, pesca e para empresas de pequeno porte.

Este quadro configura-se em um desafio para que o desenvolvimento econômico, entendido este como a melhoria das condições de vida de uma população, se concretize neste território. Um desafio que, segundo a teoria institucional, é de responsabilidade de um arranjo institucional engendrado para governar as formas como as unidades econômicas podem cooperar.

4. Metodologia

Este capítulo é dedicado aos procedimentos metodológicos que foram empregados para analisar o território que sofre influência direta do CIPA.

4.1 Natureza da Pesquisa

Esse trabalho possui cunho exploratório, uma vez que provoca a emergência de vários aspectos relativos ao fato em estudo, seja por meio de levantamento bibliográfico, que mapeia abordagens convergentes que têm proliferado sobre o tema, seja por meio de entrevistas com os atores responsáveis pelas organizações que compõem o arranjo institucional do território. Assim o delineamento e as técnicas utilizadas, apresentadas a seguir, visam assegurar que a pesquisa atinja seu objetivo (GIL, 2002).

O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso. O qual é indicado para pesquisa qualitativa, particularmente quando se trata de um fenômeno contemporâneo, sobre o qual o pesquisador não possui controle, o que se adequa ao problema proposto. Esse método, segundo Becker (1999), tem se tornando “uma das principais modalidades de análise das ciências sociais”, sendo viável para o estudo de um único indivíduo, uma organização ou uma comunidade (BECKER, 1999). Para a descrição do caso e compreensão do problema foram coletados dados da população por meio de entrevistas junto aos atores do arranjo institucional do território.

4.2 Participantes

Participaram da pesquisa doze entrevistados de onze organizações diferentes. Estas estão subdivididas em organizações de Ensino, Apoio Financeiro e Tecnológico, Entidades de Classe, Setor Público e Setor Privado.

São elas: 1) Ensino: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF, representada por dois informantes, o reitor e um pesquisador ; 2) Apoio Financeiro e tecnológico: Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes – FUNDECAN, representada pelo presidente da instituição; Fundação Estadual Norte Fluminense – FENORTE, representada por seu presidente; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE, representada pelo gerente regional de Campos de Goytacazes; e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, representada pelo gerente da unidade de Campos; 3) Entidades de Classe: Associação Comercial e Industrial de Campos – ACIC, representada pelo presidente; Associação dos Produtores Rurais e Imóveis - ASPRIM, representada por uma associada; Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes-SRCG, representada pelo seu presidente e Sindicato Rural de São João da Barra – SRSJB, também representada por seu presidente; 4) Setor público: Secretaria Municipal de agricultura de São João da Barra – SMASJB, representada pelo secretário municipal

A opção por fazer a entrevista com dois informantes da UENF ocorreu pelo fato de que se optou, em um primeiro momento, por entrevistar o representante com cargo hierárquico maior de cada organização, mas a pedido do representante dessa instituição,

devido ao fato de o responsável pela Agência de Inovação da universidade ser a pessoa mais indicada para fornecer informações a respeito da interação entre universidade e sociedade, decidiu-se por ouvir também este informante, contudo o mesmo não teve disponibilidade de atender a pesquisadora. No caso de ouvir um pesquisador social, a decisão partiu da pesquisadora diante da dificuldade de acesso a informações relevantes para a compreensão do contexto atual, como esse pesquisador já possui um trabalho de pesquisa abordando o tema desde 2008, esperava-se que ele pudesse fornecer informações valiosas para pesquisa. O que de fato se efetivou, além de demonstrar conhecimento dos fatos, aquele pesquisador mantém bom relacionamento com os representantes da ASPRIM, o que tornou possível chegar até uma associada dessa associação, a qual muito contribuiu para o entendimento problema em estudo.

4.3 Coleta de dados

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, a qual possibilita, por meio de relatos verbais dos participantes, a obtenção de informações de amplo espectro, direta ou indiretamente ligadas ao tema em estudo, ampliando sobre determinados aspectos o caráter exploratório da pesquisa. Outra vantagem da entrevista é oferecer um contato direto entre entrevistador e entrevistado, o que possibilita uma melhor comunicação, uma vez que no contato face a face, desde que precedido pelo devido *rapport*, o pesquisador pode corrigir enganos do entrevistado e vice-versa. Assim, embora a entrevista tome maior tempo do entrevistador, essa técnica, na maioria dos casos, representa uma melhor amostra da população, uma vez que as pessoas normalmente gostam de falar com aqueles que se mostram interessados por seus problemas (SELLTIZ et al., 1987; YIN, 2005).

Nas entrevistas foram utilizadas perguntas abertas, usadas para questões que solicitam razões e explicações, optou-se por mais de uma questão, uma estratégia utilizada na tentativa de obter respostas ao problema de pesquisa (Cervo, 1983, p.23).

4.4 Percurso Metodológico

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como procedimento inicial com a finalidade de levantar os conceitos mais atuais sobre o tema em estudo. Em seguida, foram selecionados os tópicos norteadores da pesquisa o que permitiu a elaboração das perguntas do roteiro de entrevista para a pesquisa de campo. De acordo com o objetivo geral do trabalho, foi proposto três questões a serem respondidas nas entrevistas, conforme apresentado no Quadro 1.

<p>Objetivo Geral:</p> <p>verificar se o processo de interação entre as lideranças locais permite a articulação de estratégias necessárias para a inserção da população local nesse processo de mudança provocado pelos investimentos</p>	<p>Questão 1</p> <p>Identificar as ações locais visando o desenvolvimento econômico promovidas pelo arranjo institucional.</p>
	<p>Questão 2</p> <p>Compreender o processo de interação entre as organizações no processo de</p>

exógenos direcionados para o território.	governança do território.
	<p>Questão 3</p> <p>Verificar o processo de articulação da ação coletiva bem como a observância dos princípios que a sustentam pelos atores do arranjo local.</p>

Quadro 1: Objetivos do trabalho.

Fonte: Elaboração Própria (2013).

4.5 Pesquisa de Campo e Seleção da Amostra

A pesquisa de campo foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira consistiu no desenvolvimento de um roteiro, em anexo, de perguntas abertas para ser utilizado nas entrevistas com o objetivo de identificar como ocorre o processo de articulação intra-arranjo institucional e entre este e a sociedade, bem como checar se o arranjo busca fortalecer as relações sociais.

O roteiro é iniciado com uma introdução, na qual se esclarece a motivação e objetivo da pesquisa e se apresenta ao entrevistado as premissas do estudo. Ou seja, é um momento de esclarecimento recíproco no qual a pesquisadora comenta acerca dos vultosos investimentos exógenos direcionados à infraestrutura portuária da Região Norte Fluminense e seus impactos sobre a configuração produtiva local, exigindo uma rápida adaptação da população local como condição para que estes investimentos se traduzam em desenvolvimento, o que não ocorrerá autonomamente. E esclarece também que, diante dessa premissa, o intuito da presente pesquisa é obter informações que possibilitem verificar se o território possui um arranjo institucional articulado de acordo com os fundamentos da teoria institucional, pressuposto para potencializar a ação coletiva visando a um objetivo comum.

Assim o roteiro foi elaborado com o objetivo de integrar da forma mais esclarecida possível e não delimitar o entrevistado. Além da introdução, foram formuladas três perguntas buscando atender aos objetivos específicos da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na seleção da amostra da população a ser pesquisada por meio de um levantamento de dados secundários junto a Pro reitoria de Extensão da UENF. A qual permitiu a seleção de vinte e duas instituições de interesse no problema em questão, as quais representam os seguintes grupos: instituições de ensino; apoio tecnológico e financeiro; entidades de classe; setor público; e setor privado, selecionadas intencionalmente a partir da sua condição de pertencentes ao arranjo institucional do território. Após contatos com os representantes das organizações e devido a algumas dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, como estipulado no item 4.5.1, efetivamente participaram da pesquisa onze participantes de dez instituições, como estabelecido no item 4.2.

O terceiro passo do trabalho consistiu no contato com as instituições para o agendamento das entrevistas com os representantes de cada instituição. Nesta etapa, o contato foi feito pessoalmente pela pesquisadora, a qual coletou todas as informações

necessárias, ao mesmo tempo em que construía a rede de relacionamento para a pesquisa, cuidado particularmente importante na abordagem qualitativa, para a qual a coleta de dados não é meramente um momento burocrático da pesquisa, mas constitui mesmo o seu ponto central. Em seguida, a pesquisadora enviou a solicitação da entrevista por meio de e-mails. E, assim, no período de 06 de fevereiro a 10 de junho de 2013, iniciou-se a quarta etapa da pesquisa que consistiu na realização das entrevistas com os representantes das onze instituições participantes.

4.5.1 Desafios de Efetivação da Pesquisa

Houve alguns fatores que dificultaram a efetivação da quarta etapa. Foram questões externas, fora do controle da pesquisadora, tais como:

(1) Disponibilidade de tempo dos atores participantes. Agendar uma entrevista com esses atores não foi tarefa fácil, pois estes possuem uma agenda cheia. Uma vez agendada, nos casos em que foi necessário desmarcar a visita, um reagendamento não foi possível. Em se tratando do primeiro agendamento, houve situações em que o horário concedido não previa tempo suficiente para que fosse possível a pesquisadora estar no local no horário agendado.

(2) Dificuldade de acesso a esses atores. Em quase todas as organizações falar com o seu representante, requer primeiro falar com o responsável pela agenda deste, em algumas organizações a concessão de um horário exigiu quatro visitas, e em alguns casos foi impossível esse agendamento.

(3) Dificuldade de entendimento do objetivo da pesquisa. Embora os atores diziam ter compreendido o objetivo da pesquisa e os termos abordados na entrevista, alguns informantes desviavam do assunto após o início da entrevista, fato que resultou na eliminação de partes consideráveis destas. Nesse desvio os atores justificavam as ações que estavam realizando naquele momento, ou no passado próximo, evidenciando fatos que demonstravam que estes possuem uma postura proativa, mas que, no entanto, não contribuíam para atingir o objetivo da entrevista.

4.5.2 Realização das Entrevistas

As entrevistas foram gravadas, com uma duração de 50 a 70 minutos, após o término, essas foram transcritas na íntegra, para que fosse possível em um segundo momento se proceder a manipulação das mensagens que responderia as perguntas do roteiro, pois por tratar-se de perguntas abertas, as respostas não são diretas, sendo essa uma característica desse procedimento de pesquisa que exige para a análise dos dados um processo extenso e exaustivo.

4.6 Análise de dados

Para a análise dos dados foi feita a opção pela Análise de conteúdo, definida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens" (BARDIN, 1977, p. 38). Esta opção foi feita por ser um método que oferece a oportunidade de inferência ao pesquisador a partir do tratamento e manipulação das mensagens.

4.6.1 Unidades de Análises

A análise dos conteúdos coletados e organizados passa primeiramente pela etapa do recorte, na qual os relatos são decompostos para em seguida serem recompostos para melhor expressar sua significação. Os recortes devem alcançar o sentido profundo do conteúdo ou passar ao largo das ideias essenciais. Os elementos assim recortados vão constituir as unidades de análise, ditas também unidades de classificação ou de registro (SILVA et al., 2005, p.,75).

Segundo Campos (2004), o processo de recorte das unidades de análise pode ser descrito em três fases: uma fase de pré-exploração do material, ou seja, esta fase consiste em várias leituras, de todo o material coletado, que permitirão uma visão de aspectos, não óbvios, que não foram explícitos nas mensagens; na sequência é feita a seleção das unidades de análise ou unidades de significados, que podem incluir palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros. Embora existam várias opções para definir os recortes a serem utilizados, se percebe um interesse pela análise temática, o que consiste na escolha de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise. O evidenciamento das unidades de análise temáticas se dá em um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta da mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto. A escolha entre essa ou aquela unidade temática é "uma conjunção de interdependência entre os objetivos do estudo, as teorias explicativas adotadas pelo pesquisador e por que não dizer as próprias teorias pessoais intuitivas do pesquisador"; a terceira etapa do processo consiste na categorização das unidades de análises, "definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero" (BARDIM, 1977, P.117).

As categorias utilizadas podem ser apriorísticas ou não apriorísticas Se apriorística, o pesquisador de antemão já possui, segundo, experiência prévia ou interesses, categorias pré-definidas. Geralmente de larga abrangência e que poderiam comportar subcategorias que emergissem do texto... Não apriorística, essas emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que inicialmente exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras, além de não perder de vista o atendimento aos objetivos da pesquisa (CAMPOS, 2004, p. 614).

Contudo observa-se que não existem fórmulas mágicas ou uma única forma orienta o trabalho do pesquisador na categorização, e também não se aconselha o estabelecimento desses passos. Pois esse processo em geral, "o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência". (CAMPOS, 2004, p. 614). A Análise da enunciação permite ao pesquisador desviar-se de estruturas e elementos formais, assim trata-se de um recurso que além de aplicar-se particularmente bem a entrevista não diretiva esta técnica oferece o melhor meio de se alcançar o que se procura" (BARDIN, 1977, p.170).

No presente estudo optou-se pela análise temática que resultou na escolha ora de frases, ora de parágrafos como unidade de análise, na escolha foi utilizada a liberdade de optar por atender aos objetivos do estudo e as teorias adotadas pelo estudo. E por uma categorização não apriorística, escolha essa que exigiu um constante ir e vir no texto de forma a uma categorização que atendesse aos objetivos do trabalho e não fugisse da literatura institucional. Observa-se que esse recurso foi de suma importância, para

possibilitar uma análise coesa do resultado, pois durante a análise das entrevistas houve a tentação de se analisar tudo que se tinha coletado.

4.7 Limitações Metodológicas

A utilização de pesquisas exploratórias através do estudo de caso traz limitações para a generalização dos resultados obtidos, em função das características próprias que cada unidade de pesquisa possui. São de difícil replicação em função da impossibilidade de padronizar os instrumentos de coleta de dados e possui um processo de análise complexo por se tratar, como neste caso, de uma pesquisa qualitativa (GIL, 2009).

No entanto, apesar das limitações existentes, acredita-se que o caráter exploratório se justifica, pois é capaz de trazer informações relevantes do contexto no qual ocorre o fenômeno estudado.

5. Resultados e Discussão

Os resultados oriundos da presente pesquisa foram agrupados, segundo o processo de abordagem, aos atores e agentes interessados no processo em evolução no território. No que diz respeito à importância de um arranjo institucional para assegurar o desenvolvimento econômico no território, todos os entrevistados foram unânimes em concordar com essa afirmativa e demonstraram entender claramente a relevância de sua instituição no desenvolvimento econômico do território.

Ao serem questionados em relação à existência de arranjo institucional articulado no território, visando à adaptação da população local a este contexto de mudanças, apenas um respondente aponta para a não existência de articulação entre as instituições. Os demais, responderam positivamente. Para o representante do Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes - SRCG, existe esse arranjo, porém, esse não quer ouvir a opinião dos moradores do município e cita como exemplo outros eventos que ocorreram na região em que ele dedicou tempo na elaboração e apresentação de projetos aos órgãos públicos e não obteve nenhuma forma de resposta. O representante do Sindicato Rural de São João da Barra – SRSJB, explica que, embora seja falho, o arranjo existe, contudo falta vontade política na implantação de projetos em benefício da população local, e principalmente para o produtor rural. Argumenta o mesmo, que o desenvolvimento provavelmente irá ocorrer, apenas para o grupo X (grupo de empresas responsáveis pela implantação do Porto), que chegou expulsando as pessoas de suas terras.

No quesito atuação da organização, representada pelos respondentes, na questão da adaptação da população local a este contexto de mudanças, todos disseram que atuam visando à adaptação da sociedade. Embora as respostas divergem na forma de atuação podem ser agrupadas entre uma atuação com foco específico nesse objetivo e as que não possuem um foco específico. Os respondentes que compõem o grupo que não desenvolve uma estratégia específica visando a adaptação da população local a esse contexto, entendem que suas organizações estão inseridas em ações que, de alguma forma, visam esse objetivo. A percepção desses respondentes é de que o conjunto de ações que suas organizações desenvolvem, busca atender às necessidades da população

local. Nesse grupo se inclui: o Fundo de Desenvolvimento de Campos - FUNDECAN que oferece diversos pacotes de crédito com o objetivo de atender a necessidade de empreendedores local, desde o Empreendedor Individual até a grande empresa; a UENF, que segundo o seu representante, oferece cursos de extensão à população e suporte às empresas, através da agência de inovação, além do esforço para desenvolver um parque tecnológico, visto que será uma forma mais efetiva da universidade atuar neste processo de desenvolvimento pelo qual passa a região; Já o representante da Fundação Estadual do Norte Fluminense - FENORTE, define que a missão da organização é promover o desenvolvimento científico e tecnológico, investindo em pequenas e grandes empresas de base tecnológica, com o “DNA” local; o SRSJB, que seu representante sintetiza sua atuação com a seguinte fala, “*Olha, eu participo de todas as reuniões e eventos que me convidam*”.

Compõem o grupo com ações específicas: O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE embora, futuras em planejamento, pode-se destacar o projeto para capacitar as micro e a pequena empresa para atender a demanda do empreendimento, que são coordenadas pelo SEBRAE em parceria com a Empresa LLX; a Secretaria de Agricultura de São João da Barra – SASJB que, conforme o Secretário Municipal, oferece apoio aos agricultores como máquinas para preparar a terra para a plantação, além de oferecer manutenção às máquinas das associações de agricultores, doadas pelo grupo X Argumenta ainda que, embora não haja um órgão oficial de estatísticas que possa levantar dados de produção do município, a sua secretaria tem atuado no sentido de adaptar os agricultores a este contexto, e que tem direcionado seus esforços principalmente para atender os produtores da agricultura familiar; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI está trabalhando em parceria com a LLX visando capacitar profissionais para atuar nas novas demandas que estão surgindo em virtude da implantação do complexo portuário. Esta é uma forma de inserir a população local neste processo.

Em relação ao processo de articulação entre as organizações que compõem o arranjo institucional, os entrevistados a classificam como falha. O que resulta na dificuldade de desenvolver ações em conjunto como relatado pelo representante do SEBRAE, que diz que sua organização trabalha sozinha, exceto em algumas ações nas quais conta com a parceria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN e da empresa LLX, contudo revela que em relação a articulação com as entidades de classe, tratar-se de um processo delicado, uma vez que os representantes dessas instituições encontram dificuldade em participar de ações conjuntas, seja por falta de conhecimento da própria missão da entidade, seja por falta de interesse pelo coletivo. E assim o respondente diz que a solução foi, em primeiro lugar, a organização formatar, junto com a empresa LLX, um modelo de inserção da Micro e Pequena Empresa - MPE no empreendimento, ou seja, “*primeiramente o desenvolvimento da “espinha dorsal” do projeto, que está em fase de planejamento, para depois apresentar à sociedade*”. Segundo o Representante da UENF, este processo ocorre mediado pela a agência de inovação da universidade. Para o representante da empresa LLX, essa articulação ocorre e cita o SEBRAE como um exemplo de parceria. A FENORTE explica que a política de inovação é constituída a partir de um consorcio de instituições e na medida em que sua instituição promove a inovação, promove a articulação com as demais organizações. O representante do FUNDECAN enfatiza que o processo de articulação em sua organização é constante e cita uma parceria com o SEBRAE, a qual tem o objetivo de capacitar a MPE, de modo que, ao receber crédito, essa empresa receba também capacitação gerencial.

Quanto ao fundamento, forma como o arranjo busca fortalecer as relações sociais entre os diversos grupos do arranjo institucional e a população local, as respostas são divergentes. Segundo o representante do SEBRAE, o fortalecimento das relações sociais é um desafio, pois parece que a sociedade é contra a instalação do Complexo Portuário do Açú, o que dificulta seu envolvimento em ações sobre o porto e quando há uma participação é com o intuito de obter vantagens individuais. O representante da FUNDECAN entende que o fortalecimento das relações sociais tem sido feito através do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável – COMUDES, criado no município de Campos dos Goytacazes, através da lei nº 8.217, de 24 de março de 2011. O Reitor da UENF explicou que o mediador da articulação entre a universidade e a sociedade é a Agência de Inovação. Já o presidente da FENORTE entende que no momento essas relações não estão sendo trabalhadas, mas que o Parque Tecnológico, em planejamento, possibilitará o fortalecimento dessas relações e cita o COMUDES como uma forma de fortalecer as relações com a sociedade, embora seja uma iniciativa que precisa ser melhorada. O representante da empresa LLX acredita que o fortalecimento das relações sociais ocorre na medida em que a empresa atua em projetos junto às associações de classe que já estavam constituídas antes do início das obras do Porto. Para o Presidente do SRSJB, não há um trabalho visando o relacionamento entre a população e as empresas responsáveis pelo empreendimento e afirma que este relacionamento é imprescindível para que as pessoas possam expressar suas ideias, pois se alguém tem uma boa ideia e não a expõe, como os demais vão tomar conhecimento das mesmas. E argumenta ainda que, as decisões que envolvem o porto vêm de cima, não se discute com a população local, e se recente da falta de voz do produtor rural. Mas, faz questão de ressaltar que ele não é contra o progresso, o que ele rejeita é o desrespeito com que tem sido tratado o homem do campo. E lembra que a forma de relacionamento que existe hoje são as audiências públicas, mas que não resolvem, pois elas só vêm comunicar, elas não vêm ouvir o cidadão são-joanense. Para o representante do SENAI, a população local ainda não tomou consciência da dimensão das mudanças que já estão ocorrendo no território e que ainda vão ocorrer, isso dificulta uma interação.

Em relação à "*articulação e coordenação de uma estratégia na construção da ação coletiva*", para o representante da Associação Comercial e Industrial de Campos - ACIC, embora haja muita preocupação e discussão sobre o tema, ações que visem à esta adaptação ainda não ocorrem, ou se ocorrem, ele não tem conhecimento. E ressalta a necessidade de promover ações com a participação de todos como, por exemplo, a ACIC, Clube dos Dirigentes Lojistas – CDL e a FIRJAN. É necessário "*juntarmos todos para fazermos uma força maior e assim nós vamos vencer todos os obstáculos*". O representante cita, ainda que, a ACIC tem organizado várias reuniões visando envolver outros empresários na discussão, para que juntos possam desenvolver um trabalho com o intuito de enfrentar as mudanças que já estão ocorrendo no território. Dentro deste raciocínio, relata a realização de reuniões com o propósito de organizar um fórum de desenvolvimento no qual irá convidar as outras associações, tanto da região norte como da região noroeste fluminense, e também que o convite se estenderá aos prefeitos das respectivas regiões, e observa que um destes fóruns deve acontecer dentro de dois meses. O Secretário de agricultura diz que tem sido procurado por diversos órgãos e que a universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, da qual ele faz parte, já vem desenvolvendo um processo de difusão de tecnologia junto aos produtores já há algum tempo. Ele afirma que estabeleceram recentemente uma parceria com a

LLX e cita que tem um contato muito grande com a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDENOR e com a PESAGRO-Rio, com propostas para desenvolver a agricultura, desenvolver projetos com metas para a agricultura familiar, porém reconhece que ainda há muita falha, e que poderiam estar indo bem melhor. O representante do SENAI diz que, entre as organizações de educação não tem nenhuma organização coordenando este processo, mas que também não vê como uma coordenação poderia melhorá-lo, uma vez que, cada organização já atua com o mesmo objetivo. Para o presidente do Sindicato de São João da Barra uma coordenação de todo este processo é muito importante, desde que seja uma coordenação que pense na população São-Joanense. E opina a respeito da organização com capacidade de realizar tal feito. Em sua opinião seria a UENF, por ser uma organização que tem demonstrado, pelos trabalhos desenvolvidos em prol da agropecuária e em defesa do produtor rural, estar preparada para atuar à frente da coordenação desse tipo de ações. E argumenta *“esse seu trabalho, eu tenho esperança de que vai resultar em melhorias para o setor agropecuário e para o produtor rural”* Se referindo a presente pesquisa.

6. Considerações finais

Ainda numa fase preliminar, os resultados evidenciam que o território não é dotado de arranjo institucional do território capaz de coordenar a ação coletiva, pois a estratégia utilizada visando à adaptação da sociedade local ao contexto de mudanças provocadas pela implantação do CIPA, segundo os relatos dos atores, que foram entrevistados, explicitam ações pautadas nos princípios que asseguraram a cooperação dos indivíduos apenas em transações que envolvem duas partes e demonstram que esses se eximem da responsabilidade em assegurar a cooperação das pessoas em suas ações, ao atribuírem esse não engajamento à falta de interesse da sociedade local, ou, à cultura local. E dessa forma o desafio à adaptação da sociedade local a esse contexto em mudança é transferido pelas lideranças à própria população, o que revela um paradoxo em relação a literatura.

Dentre os elementos que sustenta essas conclusões se destacam: a forma individual como os atores coordenam as ações de suas instituições; ausência de mecanismos visando assegurar a cooperação das pessoas nessas ações; ausência de ações visando minimizar conflitos, assegurar ordem e ganhos para a população local; ausência de interação entre os atores na articulação de uma estratégia, fato observado no desconhecimento das ações que estavam sendo planejadas pelo SEBRAE e a ACIC no momento da pesquisa.

O representante do SEBRAE, assume que primeiro desenvolverá um projeto e depois apresentará à sociedade. A ACIC planeja um fórum de desenvolvimento, e no entanto, nenhum dos outros atores citam este evento como algo que está sendo desenvolvido em conjunto; outra evidencia de falta de interação é o secretário de agricultura afirmar que atua incessantemente para fortalecer a agricultura familiar, no entanto, o representante do SRSJB entende que este é um setor marginalizado e desrespeitado pelo processo de desenvolvimento que se instalou no município. E embora esse ator cita as audiências públicas como um mecanismo de participação da sociedade, a aponta como um mecanismo ineficiente, uma vez que este é visto como algo que chega para comunicar e não para discutir, algo que vem de cima, ou seja, vem pronto sem a possibilidade de

participação da sociedade; ações visando a assegurar apenas a cooperação de um ator, fato observado nas parcerias entre algumas instituições e empresa LLX.

Outros elementos que evidenciam a fragilidade do arranjo em promover a adaptação da sociedade local a esse contexto de mudanças são observados nas ações que as instituições promovem ou planejam, pois essas dependem do engajamento da sociedade, no entanto, os atores afirmam que a população não possui a cultura do coletivo, fato relatado por quatro entrevistados, sendo que os demais citam a dificuldade de comprometimento da sociedade. Contudo, não se observa, nem em execução e nem em planejamento, nenhuma ação que vise despertar ou promover o comportamento solidário e cooperativo das pessoas. Evidenciando que o Estado, representado por suas instituições local, desconhece a importância do capital social para assegurar o engajamento das pessoas em prol de um objetivo comum o que justifica a falta de ações que possibilita o surgimento do comportamento solidário e cooperativo entre as pessoas.

Assim, o resultado demonstra que, enquanto os representantes dos grupos de interesse (universidade, governo, empresa, organizações de apoio, etc.) mostram um comportamento defensivo e de autopromoção, afirmam ter conhecimento do processo e registram uma participação importante, as ações efetivas não se materializam em retorno visível para a sociedade. Ao contrário, observam-se indicativos de externalidades negativas de alto risco social relacionadas a aumento no trânsito; poluição de lagoas; especulação imobiliária; evolução de preços; aumento populacional e demanda por serviços sociais, que são fragilidades que avançam sem perspectivas de solução no médio prazo.

Este contexto no território corrobora a literatura, que aponta para a necessidade da coordenação de ação coletiva, uma vez que, a cooperação pode ser inviabilizada não apenas pelos altos custos de transação, mas também por problemas que envolvam as ações que dependem da atuação de vários grupos. Assim, na medida em que o arranjo se exime de coordenar ações coletivas, não atua no sentido de fortalecer as relações necessárias à assegurar a cooperação da população nas ações propostas pelo arranjo e o resultado obtido é o não comprometimento da sociedade nessas ações, mesmo sendo estas de seu interesse. Confirmando também que o desencontro entre o que se pretende e o que de fato se concretiza demonstra a falta de uma articulação do arranjo na busca de solução dos problemas vividos pela população local.

Com o avanço da pesquisa, estes condicionantes poderão ser confirmados e, conseqüentemente, poderá ser traçado um retrato mais fidedigno da situação presente que confronta num mesmo território o ingresso de investimento exógeno baseado em recurso naturais e as fragilidades socioculturais próprias de ambientes desta natureza.

Referências bibliográficas

Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção Local Rio-Niterói Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú**. Rio de Janeiro, 2011.

ATHAIDE, K.; RIBEIRO, C. A. Elementos Essenciais de Capital Social: uma investigação no Sistema Produtivo COAGRO. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR**, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 212-232, 2011.

Bardin L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70; 1977

BARRETO, S. M. N.; JÚNIOR, Q. P. L. A (re)produção do espaço capitalista nas áreas de grandes empreendimentos: uma análise comparativa entre os conflitos socioambientais nos Complexos Portuários do Açú e de Suape. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 6, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 2012.

BUENO P. N. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional. **EconomiA**, Brasília(DF), v.5, n.2, p.361-420, jul./dez. 2004.

BUENO, N. P. **Introdução a Dinâmica de Sistemas**: com aplicação para a economia. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.

CAMPOS G. J. C. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4

Cervo, A L. **Metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.O método científico (p.) 23)

CONCEIÇÃO, C. A. O. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p.77-106, 2002.

CONCEIÇÃO, A. O. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 85-105, abr. 2008.

GOMES, W. P. A.; BUENO, P. N.; GOMES, P. A. **Nova Economia Institucional e Capital Social**: Uma Revisão Teórica. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/13P566>. Acesso em: 09 ago. 2012.

HODGSON, M. G. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p. 166-192, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2564954>>. Acesso em 10 mar./2012.

JUNIOR, M. C. C. A. J. A Ação Coletiva e Seus Interpretes. **Pensamento Plural**, Pelotas, n.01, p. 65 - 87, jul./dez. 2007.

JÚNIOR, Q. P. L.; FARIA, P. J. T.; CARVALHO, S. L. Implantação de um Complexo Industrial Portuário: o Caso do Porto do Açú. **Agenda Social**, v. 5, n. 2, p. 84-103, maio/ago. 2011.

MULS, M. L. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **EconomiA**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2008.

North, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge International Press: New York, 1990.

NUNES, M. E. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste**: dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). 2009. N° de folhas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18314/000724991.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 21 dez. 2012.

NUNES, M. E.; SCHNEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Pólo Açú-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste – REN**, v. 43, n. 4, 2012.

RIBEIRO, C. A.; SANTOS, E. W. M.; SOUSA, R. S. Aglomeração Produtiva do Complexo Portuário do Açú: Aspectos de sua Natureza e Perspectivas Evolucionárias. **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**: Belo Horizonte, 2011.

RIBEIRO, C. A.; BODEN, S. L. Organização produtiva da pesca oceânica artesanal em São João da Barra – RJ. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1, p. 121-136, jan./abr. 2012.

SALLES, O. S. Repensando desenvolvimento econômico no século XXI: Instituições, sustentabilidade e outros desafios. **Agenda Social**, v. 5, n. 2, p. 1- 23, 2011.

SALLES, A. O. T.; RIBEIRO, L. P. Instituições, desenvolvimento econômico e sustentabilidade: uma análise dos mecanismos de regulamentação das políticas de meio ambiente. **VI Encontro de Economia Catarinense**, Joinville: UNIVILLE, 2012.

TEIXEIRA, D. J. R. **Ação Coletiva em Alberto Mellucci**. Disponível em: <<http://www.didinho.org/ArtigoMellucci.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, p. 595–613, 2000. Disponível em: <<http://www.llx.com.br/pt/superporto-do-acu/Paginas/o-empreendimento.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2013.